



Fone: (81) 3454-7964

VINICIUS  
SOBREIRA  
BRAZ  
DA  
SILVA  
08/10/2025 13:46

PROAD n. 22069/2025 DOC 20PR para verificação autenticidade desta cópia,  
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.SUOG.SINRG:  
<https://proad.trt6.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



**DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC**

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

No que concerne à Planilha de Pesquisa de Preços, para atender ao disposto na IN n.º 65/2021, orientou-se pelo correto preenchimento da planilha de informações conclusivas, com a inclusão dos dados pertinentes à contratação, de acordo com os documentos dos orçamentos obtidos junto a fornecedores, apresentados nos autos.

Especificamente no campo "Caracterização das fontes consultadas", pontuou-se que a composição do preço deveria ser discriminada, a fim de atender o art. 4º da IN nº 65/2021 SEGES/ME. Sugeriu-se informar que os preços dos 6 itens indicados na planilha, referentes às colunas das empresas Caio Fernando e Interface, correspondiam à somatória dos valores de todos os serviços, discriminados no orçamento da empresa, para cada tipo de equipamento.

No campo "Justificativa para a metodologia utilizada", indicou-se apontar a justificativa para a adoção do menor preço, embasando na possibilidade de a Administração Pública contratar pelo valor mais vantajoso e considerando também que o preço mais baixo da pesquisa foi obtido por proposta de fornecedor, mitigando o nível de criticidade quanto à respectiva inexequibilidade do preço.

Quanto ao campo "Justificativa da escolha dos fornecedores", aconselhou-se acrescentar que a pesquisa por fornecedores se limitou a empresas de Recife e Região metropolitana, considerando a especificidade do objeto.

Encerrando a verificação da Planilha de Preços, observou-se que as propostas comerciais das empresas Interface e Escambo não atendiam a todos os requisitos do art. 5º, §2º, II, da IN nº 65/2021, de modo que foi orientado à unidade solicitar dos fornecedores propostas comerciais atualizadas, contendo telefone, endereço eletrônico, data de emissão do orçamento e identificação do responsável pela cotação.

Já no tocante ao Termo de Referência, no cabeçalho, recomendou-se incluir o número do processo administrativo em questão proad nº 22.309/2024.

No que se relaciona ao item 1, "Das condições gerais da contratação", especificamente no subitem 1.4., relativo às microempresas e empresas de pequeno porte, sugeriu-se substituir o termo "exclusiva" por "preferencial", embasado no disposto no art. 49, IV, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que a contratação se dará por dispensa em razão do valor.

Quanto ao item 5, "Modelo de execução do objeto", aconselhou-se incluir a informação de que a retirada dos equipamentos da sede do TRT6 deverá ser realizada em dia útil e em horário comercial. Além disso, indicou-se acrescentar que a retirada e a devolução dos equipamentos ao TRT6 não implicará em custos adicionais. Entretanto, a unidade optou por reformular esse conteúdo, estabelecendo a previsão de que tanto a retirada quanto à devolução ficariam a cargo do TRT6, considerando a relevância de um transporte seguro para os equipamentos.





**DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC**

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

No que se refere ao item 8, "Critérios de medição e pagamento", seguindo o modelo de TR adotado por este Regional, recomendou-se adicionar um subitem prevendo que a contratante adotará medidas de rescisão contratual, caso persista alguma irregularidade na execução do serviço.

Já no item 9, "Forma e critérios de seleção e Regime de execução", orientou-se a acrescentar um subitem esclarecendo que a consulta aos cadastros oficiais será realizada em nome da empresa e do sócio majoritário, além de outros dispositivos tratando da verificação de ocorrências impeditivas, da habilitação por meio do SICAF e da admissibilidade de documentos em nome de matriz ou filial. Além disso, considerando que, nos termos do art. 20 da IN nº 67/2021 e art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, para esta contratação, haverá dispensa da exigência de documentação estadual e municipal, indicou-se remover o subitem 9.11., que continha a previsão de que o microempreendedor individual estaria dispensado da prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal.

No que diz respeito ao item 11, "Adequação Orçamentária", indicou-se retificar o exercício da proposta orçamentária para o ano de 2025.

Quanto ao item 12, "Equipe de gestão do contrato", sugeriu-se realocar as funções, de forma que o mesmo servidor não ocupasse dois postos na condição de titular.

*In casu*, a unidade requisitante acolheu majoritariamente as sugestões propostas por esta Divisão, procedendo aos devidos ajustes na Planilha de Pesquisa de Preços (v. fls. 55 e 56) e no Termo de Referência (v. fls. 57 a 76).

No tocante ao processo de contratação direta, importa destacar que a caracterização da dispensa de licitação para a presente contratação se dá em razão do valor, conforme o art. 75, II, da Lei n.º 14.133/2021, que assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras"

Na mesma linha, orienta o art. 4º, II, da IN SEGES/ME nº 67/2021:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

Atualmente, o valor de dispensa previsto na Lei n.º 14.133/2021 corresponde a R\$62.725,59, em virtude do Decreto nº 12.343/2024, em vigor





**DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES/CLC**

Cais do Apolo, n.º 739, 3º andar, Recife-PE, CEP 50030-902.

Fone: (81) 3454-7964

desde 01 de janeiro de 2025. Ademais, de acordo com as informações acostadas aos autos pela Secretaria Administrativa, à fl. 45, não há previsão para aquisição de item de mesma natureza que ultrapasse o valor de dispensa neste exercício financeiro.

Nesse diapasão, entende-se que não há óbice ao prosseguimento da contratação.

Recife, 08 de outubro de 2025.

**LIA KELLY DE SANTIAGO GIRÃO**

Divisão de Apoio Administrativo ao Planejamento das Contratações/CLC/TRT6

Ciente. De acordo.

À Secretaria Administrativa, para continuidade, nos termos do art. 38 do Ato TRT6 nº 655/2023.

Recife, 08 de outubro de 2025.

**VINICIUS SOBREIRA BRAZ DA SILVA**

Coordenadoria de Licitações e Contratos/TRT6

